

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

Ata n.º 173, de 5 de junho
Ata n.º 175, de 19 de junho
Ata n.º 176, de 26 de junho

3. Comunicações do Presidente

3.1. Calendarização da apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 1174 | XIII \(PSD\)](#), Disposição interpretativa sobre propina

3.2. Calendarização do processo de apreciação na especialidade de projetos de lei

- [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem
- [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma
- [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

4. Aprovação do relatório final de petição

- 4.1. [Petição 616/XIII/4](#) – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce”

5. Apreciação e votação de parecer de iniciativa legislativa

- 5.1. [Projeto de Lei n.º 1213/XIII \(PEV\)](#), Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do Ensino Superior Público

6. Discussão de Projetos de Resolução

- 6.1. [Projeto de Resolução n.º 2140/XIII \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que lance o processo de construção da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal

- 6.2. [Projeto de Resolução n.º 2019/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Fajões, do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro
- 6.3. [Projeto de Resolução n.º 2025/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente realização de obras de reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, em Oliveira de Azeméis, alocando a totalidade dos meios financeiros necessários
- 6.4. [Projeto de Resolução n.º 2112/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis
- 6.5. [Projeto de Resolução n.º 2188/XIII/4 \(BE\)](#) - Situação dos leitores de língua portuguesa em universidades estrangeiras

7. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Lei

- 7.1. [Projeto de Lei n.º 1216/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Garante a gratuitidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória no ensino público
- 7.2. [Projeto de Lei n.º 1218/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Gratuitidade dos manuais escolares para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede de ensino público do Ministério da Educação (segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto)
- 7.3. [Projeto de Lei n.º 1121/XIII | 4, PAN](#) - Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas
- 7.4. [Projeto de Lei n.º 1173/XIII \(PSD\)](#) - 1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior

8. Apreciação na Comissão de Projetos de Resolução (nova baixa)

- 8.1. [Projeto de Resolução n.º 2051 | XIII | 4, do PSD](#), “Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses”

8.2. [Projeto de Resolução n.º 2055 | XIII | 4, do CDS-PP](#), “Recomenda ao Governo que clarifique procedimentos para captar candidatos lusodescendentes e emigrantes para as instituições de ensino superior portuguesas

9. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 4.ª Sessão Legislativa

10. Apreciação e votação de propostas respeitantes ao Programa Parlamento dos Jovens

10.1. Temas propostos para a edição de 2019/2020

10.2. Alteração dos regimentos

10.3. Outras propostas

11. Audição regimental do Ministro da Educação, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 10h00

12. Data da próxima reunião

- **9 de julho de 2019** – 15h00
- 16h30 – deslocação ao Ciência 2019
- **16 de julho de 2019** – 14h00

Reunião com delegação de Deputados do Parlamento de Timor às 14h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia, com os adiamentos que são referidos ao longo do texto, foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de atas

A aprovação das atas n.ºs 173, 175 e 176, de 5, 19 e 26 de junho, respetivamente, foi adiada.

3. Comunicações do Presidente

3.2. Calendarização da apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 1174 | XIII \(PSD\)](#), Disposição interpretativa sobre propina

Adiada.

3.2. Calendarização do processo de apreciação na especialidade de projetos de lei

- [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem
- [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma
- [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

Adiada.

4. Aprovação do relatório final de petição

4.2. [Petição 616/XIII/4](#) – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce”

- **Subscritores:** 4.065
- Deputado Relator: **Liliana Silva (PSD)**

Adiado.

5. Apreciação e votação de parecer de iniciativa legislativa

5.1. [Projeto de Lei n.º 1213/XIII \(PEV\)](#), Materializa o direito à alteração obrigatória de posicionamento remuneratório aos docentes do Ensino Superior Público

O relator, Deputado Álvaro Batista (PSD), apresentou o parecer, que foi depois aprovado por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Discussão de Projetos de Resolução

6.6. [Projeto de Resolução n.º 2140/XIII \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo que lance o processo de construção da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal

O Projeto de Resolução foi apresentado pela Deputada Paula Santos (PCP), tendo participado no debate os Deputados Porfírio Silva (PS), Maria Luís Albuquerque (PSD), Joana Mortágua (BE) e Ana Rita Bessa (CDS-PP).

A informação da discussão do Projeto de Resolução e a gravação da reunião estão disponíveis no mesmo.

6.7. [Projeto de Resolução n.º 2019/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Fajões, do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro

Adiada.

6.8. [Projeto de Resolução n.º 2025/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à urgente realização de obras de reabilitação e requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, em Oliveira de Azeméis, alocando a totalidade dos meios financeiros necessários

Adiada.

6.9. [Projeto de Resolução n.º 2112/XIII/4.ª \(BE\)](#) - Requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis

Adiada.

6.10. [Projeto de Resolução n.º 2188/XIII/4 \(BE\)](#) - Situação dos leitores de língua portuguesa em universidades estrangeiras

Adiado a pedido do PSD.

7. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Lei

7.1. [Projeto de Lei n.º 1216/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Garante a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória no ensino público

7.2. [Projeto de Lei n.º 1218/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Gratuidade dos manuais escolares para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória na rede de ensino público do Ministério da Educação (segunda alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto)

Adiado a pedido do BE.

7.5. [Projeto de Lei n.º 1121/XIII| 4, PAN](#) - Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas

Adiado a pedido do PAN.

7.6. [Projeto de Lei n.º 1173/XIII \(PSD\)](#) - 1ª Alteração ao Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior

Adiado.

8. Apreciação na Comissão de Projetos de Resolução (nova baixa)

8.3. [Projeto de Resolução n.º 2051 | XIII | 4, do PSD](#), “Ensino Superior para filhos de emigrantes portugueses”

8.4. [Projeto de Resolução n.º 2055 | XIII | 4, do CDS-PP](#), “Recomenda ao Governo que clarifique procedimentos para captar candidatos lusodescendentes e emigrantes para as instituições de ensino superior portuguesas

Adiado.

9. Apreciação e votação do relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 4.ª Sessão Legislativa

Apreciado em conjunto com o ponto 10.

10. Apreciação e votação de propostas respeitantes ao Programa Parlamento dos Jovens

10.1. Temas propostos para a edição de 2019/2020

10.2. Alteração dos regimentos

10.3. Outras propostas

Os pontos 9 e 10 da OD foram apreciados conjuntamente. O relatório de atividades foi apresentado pela Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD), que realçou o aumento da participação de escolas e alunos no Programa e o facto de isso trazer alguns constrangimentos no que respeita à participação de Deputados nas sessões nas escolas, tendo havido debates em 80 escolas em que não houve a presença de um Deputado. Realçou ainda as recomendações apresentadas para aperfeiçoamento. Defendeu depois o tema proposto para a edição de 2019/2020 - “violência doméstica e no namoro” - e a sua relevância e tendo presentes as hipóteses alternativas da sua concretização, considerou como mais adequados os títulos “Violência doméstica e no namoro: é urgente intervir!” ou “Violência

doméstica e no namoro: da sensibilização à ação!”. A terminar, agradeceu aos serviços o apoio dado no desenvolvimento do Programa e ao Grupo de Trabalho.

O Deputado Porfírio Silva (PS) concordou com o tema, manifestou reticências em relação a algumas propostas de alteração e apoiou a proposta de discussão na Comissão das Recomendações aprovadas na sessão nacional de 2018/2019.

O Deputado Luís Monteiro (BE) concordou com o tema e deu acordo às alterações propostas, tendo referido ainda que o trabalho do Grupo de Trabalho na próxima legislatura será mais difícil, por começar mais tarde.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) reiterou a importância do tema e discordou da proposta da equipa do Parlamento dos Jovens de reorganização do currículo, tendo realçado que por esse motivo essa proposta não consta do relatório do Grupo de Trabalho. Propôs ainda uma reflexão em torno do número de escolas participantes por cada edição do Parlamento dos Jovens, até para que todas as sessões nas escolas tenham a participação de um Deputado.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com o tema e manifestou preferência pelo título “Violência doméstica e no namoro: como garantir o respeito e a igualdade?”.

O relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, o tema para a edição de 2019/2020, as alterações dos regimentos e as restantes propostas, foram aprovadas por unanimidade, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. Audição regimental do Ministro da Educação, nos termos do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República – 10h00

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, assim como ao Secretário de Estado da Educação, João Costa, e à Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão. Após recordar a grelha de tempos da audição, o Presidente deu início à primeira ronda de perguntas, passando de imediato a palavra ao Grupo Parlamentar do PS.

O Deputado Porfírio Silva (PS) começou a sua intervenção dizendo que o seu grupo parlamentar optara por centrar a intervenção nesta última audição regimental na promoção do sucesso escolar, aspeto fundamental da educação como ferramenta de combate às desigualdades injustas. Referiu que não se trata de melhorar as estatísticas, mesmo que estas estejam a melhorar, mas de melhorar as aprendizagens de todos os alunos, sem deixar para trás aqueles que partem desfavorecidos pelo contexto social ou familiar.

Salientou que o Governo desenvolveu uma estratégia de qualidade para a escola pública, desde o perfil do aluno até à autonomia e flexibilidade curricular, passando pelas aprendizagens essenciais.

E perguntou ao Ministro sobre duas ferramentas específicas de promoção do sucesso: o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e o Apoio Tutorial Específico.

Questionou ainda o Ministro da Educação sobre a medida dos manuais escolares gratuitos para todos, abrangendo agora toda a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano. Referiu que é uma matéria em que há sempre questões a melhorar, como o acesso dos pequenos livreiros e não apenas dos grandes fornecedores, questão que já foi, aliás, melhorada.

Também foi abordada a importância da reutilização para esta medida, tendo perguntado sobre os incentivos a este processo, realçando, aliás, que a reutilização já existe há muito tempo, nomeadamente no âmbito da Ação Social Escolar (ASE), âmbito em que nunca foi posta em causa, estranhando-se que o seja agora quando a medida é alargada a todos.

Em resposta, o Ministro da Educação abordou a questão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e o Apoio Tutorial Específico. Sobre o primeiro, realçou a sua importância, numa ótica de que quem tem sucesso não abandona a escola. Sobre o segundo, visa um maior acompanhamento dos alunos com insucesso repetido. Salientou outras medidas na promoção do sucesso escolar, como a redução do número de alunos por turma, o reforço do ASE ou o alargamento da oferta do ensino profissional.

Sobre a gratuitidade dos manuais escolares, enfatizou o número de alunos abrangidos e o papel da reutilização, contribuindo para a sustentabilidade financeira, ambiental e ecológica da medida. Com vista a promover esta vertente, referiu o papel do manual de apoio à reutilização dos manuais escolares, assim como a instituição de um prémio e selo de reconhecimento de boas práticas.

Sobre as taxas de reutilização, adiantou existir, neste momento (números provisórios), uma taxa de reutilização média de 45%.

Falou também de ser lançada uma campanha com vista à redução do peso transportado nas mochilas dos alunos.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) aflorou várias questões, enfatizando os problemas do Estado, que se encontra, citando Helena Garrido, “em colapso operacional”, identificando alguns destes problemas, que afetam também a educação: falta de assistentes técnicos, parque informático obsoleto, professores desmotivados, problemas de falta de professores durante meses; alunos obrigados a deslocarem-se e a mudarem para escolas a vários quilómetros, por razões meramente ideológicas do Governo; alunos sem almoço por falta de funcionários.

Referiu ainda outros problemas, como as dificuldades criadas pelo Governo na monitorização do sistema educativo, nomeadamente no sistema de provas de aferição, “propositadamente

aplicadas em anos que não são de fins de ciclo, inviabilizando a comparação com anos anteriores”.

O Deputado Pedro Pimpão pôs ainda em causa o balanço de várias áreas deste Governo na área da Educação (no âmbito da Educação de adultos, do investimento na Parque Escolar ou na remoção do amianto).

Em resposta, o Ministro da Educação falou da normalidade que o Governo devolveu aos portugueses, nomeadamente na área da Educação, onde foram estancados os cortes que haviam sido feitos pelo anterior Governo, valorizando a escola pública (falando de mais docentes e pessoal não docente e do descongelamento das progressões).

O membro do Governo falou de mais intervenções nas escolas (mais de 700), das intervenções previstas no Portugal 2020 que foram tiradas do papel, dando alguns exemplos. Referiu ainda as obras interrompidas da Parque Escolar, as quais foram reiniciadas.

Sobre os números, falou da mais baixa taxa de sempre de abandono precoce (de 10,4% no primeiro trimestre de 2019). Também aludiu aos baixos valores de insucesso escolar no ensino básico e secundário.

O Ministro destacou ainda a redução do número de alunos por turma e a gratuitidade dos manuais, o reforço em 10% do orçamento da ASE, e a valorização da educação para adultos (falando de 330 mil inscritos nos centros qualifica nos últimos dois anos).

A Deputada Joana Mortágua (BE) reconheceu os aspetos positivos da legislatura, como a reversão de medidas no âmbito dos cursos vocacionais, a valorização da escola pública, as medidas no âmbito dos contratos de associação ou a vinculação de professores e assistentes operacionais).

A Deputada perguntou qual o mapa das obras feitas no país (quantas escolas intervencionadas, orçamentação, quantas ficaram por intervencionar e em quantas foi retirado o amianto). Também pediu um balanço mais concreto do Qualifica e da educação de adultos.

A Deputada do BE sublinhou também aspetos menos conseguidos. E apontou que o Governo podia ter ido mais longe na vinculação dos professores nas escolas artísticas, e dos professores com horários incompletos, nomeadamente no que diz respeito à Segurança Social. Também perguntou por que razão os técnicos especializados estão a ser deixados para o fim do PREVPAP. Outra questão deixada foi sobre o pessoal não docente e sobre se existem muitos casos de mobilidade entre carreiras.

Como nota final, referiu o que considerou um dos maiores falhanços da legislatura: a negociação com os professores na recuperação da carreira dos professores. E perguntou se, relativamente à recuperação do pouco tempo que houve, porque é que o Governo recusou alargar o prazo pedido pela FENPROF e outros sindicatos para decidir entre os dois modelos.

Em resposta, o Ministro da Educação debruçou-se sobre a questão do investimento nas escolas, reiterando terem tirado do papel intervenções previstas no Portugal 2020 e falou do aumento do investimento nestas áreas. No total, foram mais de 700 escolas intervencionadas (ou em vias de serem intervencionadas), com um valor de mais de 750 milhões de euros.

Relativamente ao amianto, considerou que ainda há muito por fazer mas muito também que foi feito. Sublinhou as maiores dificuldades em retirar o amianto escondido entre placas ou zonas de difícil acesso. Mesmo assim, realça que o número de m² retirados nesta legislatura foi superior (cerca do dobro) ao da anterior, em que se retirou sobretudo em zonas a descoberto, que é, por isso, mais fácil. Também referiu que as escolas estão classificadas em termos de grau de perigosidade, tendo as intervenções tido isso em consideração.

Sobre a educação de adultos, falou da estratégia integrada de qualificação de adultos – o programa Qualifica -, cujos objetivos foram superados em termos de inscrições. Falou do aumento do número de centros Qualifica e de pessoas qualificadas nesta população.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) evidenciou a visão do Ministro de um serviço nacional de educação inteiramente realizado pelo Estado, identificando casos de escolas privadas que fecharam em consequência da política deste Governo ou dos alunos que tiveram de se deslocar.

A Deputada do CDS-PP apontou uma série de outros problemas que, na opinião deste grupo parlamentar, decorrem da política do Governo. Falou sobre a colocação de professores, o eventual fim do exame de matemática nos cursos para professores do 1.º ciclo, do perfil do aluno da escolaridade obrigatória, criticando o facto de tudo girar em torno da escola do Estado.

Falou sobre a autonomia e a flexibilidade curricular, que se entregam às escolas com total desresponsabilização da tutela. Sobre a oferta dos manuais escolares, entre outras críticas, apontou, uma vez mais, o facto de apenas se aplicar à escola pública.

Por fim, abordou ainda a questão do aumento das baixas dos professores, das escolas TAPE ou da taxa de retenção que aumenta ao longo dos ciclos escolares, que marcam o balanço que o CDS faz do mandato do Ministro da Educação.

O Ministro da Educação defendeu a escola pública como forma de providenciar um serviço de educação de excelência. Quanto ao ensino privado e aos contratos de associação, considerou também haver de excelência, mas que deve ser financiada privadamente. Lembrou que, nalgumas zonas do país, o Estado financia as escolas privadas como forma de suprir falhas de cobertura do sistema público de ensino.

A Deputada Paula Santos (PCP) começou por referir as pressões que diz existirem sobre as famílias a propósito da reutilização dos manuais escolares. Disse que a gratuitidade é uma medida de grande alcance e que o incentivo à reutilização não tem nenhum problema em si. Mas considera haver problema quando associada à penalização. Defende que o acesso aos manuais é um direito que a penalização nos termos previstos põe em causa. Considera, aliás, positivo que o manual seja utilizado, sinal que que serviu o seu propósito, não podendo as

famílias ser penalizadas por isso. Aliás, os próprios manuais estão concebidos com vista à sua utilização e preenchimento.

Sendo o final do ano letivo, também transmitiu preocupações sobre o próximo ano letivo, deixando as seguintes questões sobre os trabalhadores das escolas, como os assistentes operacionais. Relativamente aos que acabam o seu contrato em agosto próximo, o que lhes vai acontecer? Sobre a revisão da portaria dos rácios, defendeu que esta devia ser feita já.

Acerca do tempo de serviço relativamente aos professores e ao “apagão” que o Governo promoveu, perguntou por que razão o Governo não permitiu a prorrogação de prazo para os professores decidirem entre os dois modelos de recuperação dos dois anos, 9 meses e 18 dias (fundamentada com o facto da sua complexidade e haver informações que não parecem corretas).

O Ministro da Educação começou por responder referindo que todos os assistentes operacionais cujos contratos terminarão em agosto verão os seus contratos renovados.

Também se debruçou sobre a questão do prazo no âmbito da recuperação do tempo de serviço, dizendo que houve reuniões e esclarecimentos feitos pela DGAE (como perguntas frequentes) para poder aclarar as dúvidas sobre esta matéria.

Sobre os manuais escolares, defendeu a gratuitidade, mas também que a reutilização tem virtudes associadas (nomeadamente ambientais), lembrando que já se aplicava aos alunos da ASE.

A segunda ronda começou com a intervenção da Deputada Odete João (PS), que interpelou o ministro sobre a medida dos manuais escolares gratuitos, realçando que esta implica a sua reutilização, havendo uma responsabilização das famílias e dos alunos para uma utilização correta dos manuais escolares. Também defendeu que as editoras têm responsabilidades a este nível.

Salientou algumas medidas do Governo, cujo balanço considerou muito positivo, como a ação na educação pré-escolar (referiu a abertura de mais de 230 salas, estando já praticamente universalizada), assim como a valorização de todas as vias de ensino – não apenas para o ensino profissional como para o ensino artístico especializado.

O Ministro da Educação salientou a aposta na escola inclusiva, no reforço da educação pré-escolar e do ensino artístico e profissional. Falou sobre a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente através dos centros Qualifica. Sobre o pré-escolar em particular, mencionou o esforço que o Ministério da Educação, juntamente com as autarquias locais onde existia pressão para que as crianças tivessem acesso ao pré-escolar (pela importância que tem como preditor do sucesso escolar dos alunos, conforme referem os estudos). O Ministro da Educação disse ainda que a rede nacional de educação pré-escolar, com a articulação que faz com o 3.º setor, responde já a todos os pedidos de matrícula no território nacional.

O Deputado Pedro Alves (PSD) notou que o Ministro da Educação tem vivido ao longo destes quatro anos numa realidade imaginária, sem correspondência com o que se passa no sistema educativo. Na sua opinião, a escola pública não melhorou. Apontou, assim, cortes no investimento, nomeadamente em confronto com o Governo anterior. Também falou da opacidade do Governo, nomeadamente pela ausência de apresentação dos relatórios anuais de 2016, 2017 e 2018 por parte da Parque Escolar.

Em resposta, o Ministro da Educação voltou a enfatizar a importância da escola pública, onde os alunos têm agora mais sucesso e equidade. E reiterou algumas das medidas anteriormente referidas. Quanto à Parque Escolar, disse que acabou as obras que tinham sido interrompidas pelo anterior Governo, avançando com novas obras.

A Deputada Joana Mortágua (BE) voltou a trazer à colação duas matérias. Sobre as obras, disse pretender conhecer a lista das que foram intervencionadas e as que estão previstas serem intervencionadas ainda nesta legislatura. Solicitou o mesmo relativamente ao amianto. E lembrou vários casos que ainda não foram concluídos (como o Monte da Caparica ou a António Arroio).

Por outro lado, sobre a reutilização dos manuais escolares, perguntou se considera se os manuais estão preparados para que as escolas considerem o estado dos manuais um critério excludente para o direito a receber gratuitamente os manuais. Sobre o peso das mochilas, perguntou se vai incluir a questão dos trabalhos de casa, um dos fatores para o peso das mochilas.

Também abordou a questão do envelhecimento da classe docente, questão ignorada neste mandato, e o acesso ao ensino superior, nomeadamente quanto aos exames.

Relativamente às obras, o Ministro da Educação lembrou casos que já terminaram e outras que estão em curso, referindo, por exemplo, já ter chegado o visto prévio do Tribunal de Contas relativamente à Escola Secundária Camões, cuja obra poderá, assim, avançar. Sobre a lista das obras, referiu ser a que consta das portarias e despachos públicos que saem em Diário da República.

No que respeito ao envelhecimento dos professores, lembrou a vinculação de 8 mil novos professores, assim como o aumento da escolaridade obrigatória, mas também o problema demográfico que ditou uma diminuição do número de alunos que entra no 1.º ciclo.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) voltou à questão dos manuais escolares e, sobre a reutilização, destacou o facto de os alunos das escolas privadas estarem afastadas deste regime, quando integram o sistema de ensino nacional. Elencou de seguida algumas situações em que não há reutilização possível (como em anos de exame), questionando a suborçamentação desta medida identificada pelo Tribunal de Contas. E perguntou sobre a sustentabilidade da medida se a taxa de reutilização se mantiver nos níveis atuais. Sobre o manual de reutilização, solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre o momento para entrega dos *vouchers* ou critérios para entrega de manuais novos ou usados.

Sobre as pequenas livrarias, perguntou qual vai ser o prazo de pagamento, alertando para que prazos superiores a 30 dias comprometem a capacidade de estas adquirirem manuais.

Por fim, colocou uma questão sobre a ausência de pagamento das licenças digitais do ano letivo que acaba de findar.

Sobre as licenças digitais, o Ministro da Educação começou por dizer que as editoras ainda não tinham providenciado toda a informação necessária para que o Estado realizasse esse pagamento. No que diz respeito aos manuais escolares, disse ainda que a emissão de *vouchers* iniciar-se-á no próximo dia 9 de julho. E voltou a defender a reutilização e a explicar algumas das suas dimensões e incentivos (como os prémios já referidos).

A Deputada Ângela Moreira (PCP) trouxe a questão dos professores das escolas artísticas Soares dos Reis e António Arroio e da questão do retrocesso no índice destes professores, bem como a devolução exigida em virtude desta alteração promovida pela DGAE.

A Deputada do PCP referiu também a questão dos inspetores de educação e de ensino, mantendo-se os cortes nas ajudas de custo e referindo gastos pessoais realizados por estes profissionais para realizar o seu trabalho.

Em resposta, o Ministro da Educação falou sobre a questão dos inspetores, explicando que o último concurso tinha sido em 2009. Sobre os cortes nas ajudas de custo, disse que eram os mesmos que tinham sido aplicados a toda a Administração Pública, estando, naturalmente, atento a estas situações.

Sobre as escolas de ensino artístico, disse que iriam fazer uma análise da situação descrita.

A 3.ª ronda iniciou-se com a intervenção da Deputada Lúcia Araújo Silva (PS), que falou sobre as intervenções nas escolas Grão Vasco e Viriato, em Viseu. Ao ministro, perguntou qual o teor do contrato firmado entre o Ministério da Educação e a autarquia de Viseu para a requalificação das escolas referidas.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) abordou a questão dos manuais escolares fazendo uma resenha histórica do tema. E disse que o PSD coloca a tónica em dois pontos: na sua sustentabilidade económica e financeira e como estava a medida desenhada. Na sua opinião, as notícias mostram que a medida não estava totalmente desenhada, como se vê, aliás, na confusão acerca de como devem os manuais ser entregues. Por muito boa que esta medida seja, considera que não foi devidamente avaliada.

A Deputada Joana Mortágua (BE) voltou a falar sobre o envelhecimento da classe docente lembrando que é o Conselho Nacional de Educação que aconselha que se disponha de um plano prospetivo que inclua estratégias sobre a matéria. Apesar do balanço positivo, considera que o Governo tinha mandato para fazer mais (como, por exemplo, uma reforma curricular e do

sistema de avaliação, sem esbarrar na obsessão dos exames e rankings). Sobre o investimento, referiu que este não evoluiu o mesmo do que o PIB.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) falou de discrepâncias sobre os critérios relativos à reutilização dos manuais escolares, citando o caso da Escola Rodrigues de Freitas, sob pena de incumprimento, considerando que o Governo devia intervir sobre a matéria. Sobre outro assunto, da apreciação parlamentar do decreto-lei da educação inclusiva, chamou a atenção para a necessidade de se reforçarem os meios das escolas.

A Deputada Sandra Pontedeira (PS) também se debruçou sobre o novo regime legal da Educação inclusiva (o Decreto-Lei n.º 54/2018), que considerou um avanço.

A Deputada Paula Santos (PCP) precisou algumas questões sobre questões já colocadas. Sobre os contratos dos auxiliares da ação educativa disse que a questão não é a renovação do contrato a termo certo mas de torná-los em contratos por tempo indeterminado, conferindo estabilidade. Aludiu também aos prazos para que os professores possam tomar a opção, aos manuais escolares e sua reutilização. Sobre esta última questão, questiona é que a reutilização dos manuais possa inviabilizar o direito.

O Deputado António Costa e Silva (PSD) falou sobre o caso da Escola Secundária André de Gouveia (Évora), fazendo um histórico do processo, e pedindo que o Ministro da Educação se pronunciasse sobre esta obra.

A Deputada Liliana Silva (PSD) falou sobre o caso dos técnicos especializados há mais de 10 anos a dar aulas, nomeadamente no ensino profissional, mas que não foram considerados no âmbito do PREVPAP, por não serem considerados necessidades permanentes. Também referiu o caso dos psicólogos a dar apoio nas escolas nas mesmas condições. “Existem prazos para a resolução destes problemas?”, questionou. Referiu casos de escolas que no último período praticamente não tiveram aulas, pedindo que o Ministro se pronuncie sobre estas situações.

Em resposta a este primeiro lote de perguntas da 3.ª ronda, o Ministro da Educação falou sobre as medidas para responder às situações de ausência por baixa, por exemplo, falando de reservas de recrutamento semanais ou do aumento de horas extraordinárias das escolas para suprir estas necessidades.

Sobre outras questões, falou sobre as referidas escolas de Viseu (Grão Vasco e Viriato), explicando os termos do contrato com o município de Viseu. Entre outras questões, foi aludido que aquela autarquia assumiu nesse contrato a totalidade da comparticipação pública nacional.

Quanto ao OE 2019, disse que a sua execução é superior à do ano de 2018. E falou de um aumento por aluno de 971 euros, entre 2016 e 2019, com uma variação por aluno de 21,07%.

Relativamente aos manuais escolares, insistiu que não há qualquer ímpeto penalizador sobre as famílias. Não havia quando era só no âmbito da ASE e não há agora que se estendeu a todos, disse.

Passando a palavra ao Secretário de Estado João Costa, este tocou nalgumas questões, nomeadamente sobre o silêncio de alguns partidos sobre a diminuição da taxa de abandono escolar. Sobre o sistema de aferição, disse ser importante notar que existem dados, que estão a ser usados para diversos fins, mas não para os rankings.

Sobre a implementação da autonomia e flexibilidade curricular, contestou a ideia de que as escolas não têm sido acompanhadas pelo Ministério da Educação.

Acerca do acesso ao ensino superior, criticou o modelo atual pelo peso das notas dos exames e às suas consequências. Diz que o Ministério contribuiu para colocar o tema em discussão e identificou outras iniciativas neste âmbito.

Quanto à educação inclusiva, apontou os recursos que têm sido alocados a esta área, nomeadamente ao nível de professores.

No segundo bloco de intervenções da 3.ª ronda, a Deputada Helga Correia (PSD) suscitou a questão da Escola Básica e Secundária de Fajões, pedindo pro um ponto de situação da reprogramação de fundos da Escola deste equipamento.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) falou sobre a importância das novas tecnologias na Educação, lembrando o impacto do Projeto Minerva, cujo 35.º aniversário se celebra em breve e, em 2005, o Plano Tecnológica da Educação, com os planos E-escola e E-escolinha. A este propósito, perguntou, face aos objetivos e metas nesta área, quais as expectativas do Governo relativamente ao desenvolvimento das TIC.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) colocou uma pergunta sobre os técnicos especializados, questionando em concreto o Ministro para quando a conclusão do PREVPAP. Questionou o Ministro da Educação sobre grupos de recrutamento para os técnicos especializados nas diversas áreas disciplinares a que atualmente correspondem funções de docência.

A Deputada Odete João (PS) falou sobre as medidas do Governo que favorecem o sucesso educativo, como o programa nacional de promoção de sucesso escolar, as tutorias, a flexibilidade curricular ou a redução do número de alunos por turma. Sobre esta última medida, perguntou ao Ministro da Educação qual foi o impacto desta redução.

A Deputada Joana Barata Lopes (PSD) disse já ter questionado o Governo sobre o programa de investimentos em Lisboa, informação que nunca recebeu. Referiu o caso da Escola Secundária da Azambuja, que precisa de obras urgentes de requalificação, detalhando as condições em que esta se encontra. E perguntou se existe algum plano a este nível. Sobre a Escola Secundária do Restelo, que devia ter sido um plano a três anos, acusou o Governo de se ter ficado pelo primeiro da calendarização.

O Deputado Porfírio Silva (PS) teceu considerações acerca de a área da Educação ser uma das áreas das políticas públicas em que a ideologia importa, sendo a aposta na escola pública uma marca deste Governo e da maioria parlamentar que o suporta. No entanto, sublinhou que,

apesar destas diferenças, é possível construir caminhos mais alargados do que maioria do momento. E realçou que ao longo destes anos houve alguns aspetos do debate que foram evoluindo a este nível. Há muito ainda por fazer mas muito foi feito ao longo da legislatura, concluiu.

A Deputada Germana Rocha (PSD) apontou “intermináveis” problemas na Educação, como o ensino pré-escolar para todos (promessa ainda não cumprida), o combate ao envelhecimento da classe docente, funcionários em falta nas escolas. Sobre os manuais escolares gratuitos, cita o parceiro da coligação PCP, quando este diz que o Governo está a sabotar a medida. Acusou ainda o Governo de ter o mais baixo investimento na área da Educação. Por fim, informou que o PSD fez uma pergunta a propósito da situação na Escola António Arroio e Soares dos Reis, esperando uma resposta com a maior brevidade possível.

Em resposta, o Ministro da Educação explicou a questão da EBS de Fajões, em Oliveira de Azeméis, referindo que, de acordo com informação da autarquia, o processo se encontra encerrado e pronto para avançar assim que o aviso de candidatura seja publicado.

Também desenvolveu a questão da importância da redução do número de alunos por turma, adiantando que o número médio de alunos por turma no país é de 21,1, quando no ano anterior (2017-2018) era de 21,6.

Sobre a agenda digital para o sucesso escolar, enfatizou a importância de colocar Portugal na liderança no domínio das competências digitais (e de combater o défice oculto existente). Falou de medidas nesta área, como o alargamento das TIC na matriz curricular, as licenças digitais, a integração transversal das TIC nas diferentes áreas curriculares, assim com o Encode 2030.

A Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, interveio para responder a algumas questões pendentes, começando pelos manuais escolares. Sobre estes, esclareceu que a penalização de que se falou aplica-se não a todos os manuais mas àquele que não se entregou em condições de reutilização. E lembrou que idêntica disposição já existia a propósito da ASE, sublinhando que direitos acarretam deveres. E lembra as orientações que foram dadas pelo Governo sobre a matéria, que definem a latitude da escola na avaliação das condições de reutilização. O que está em causa, insiste, é a regulação de um direito e não a sua limitação. Sobre aspetos mais práticos desta medida, esclareceu que a atribuição de manuais novos ou usados aos alunos é feita de modo aleatório.

Sobre a Escola António Arroio e a Escola Soares dos Reis, referiu as circunstâncias relativas ao índice remuneratório, explicando que em setembro de 2018 ainda não tinham passado os 4 anos pós congelamento, informando que ainda não tinha recebido no seu gabinete qualquer pedido de revisão da situação, designadamente em sede de recurso hierárquico.

Sobre a Escola de Évora (André Gouveia), explicou que o Presidente da Câmara deixou clara a intenção de não mobilizar as verbas dos fundos comunitários, o que era um pressuposto para a obra. Assim, o Estado fará a obra quando houver disponibilidade orçamental.

Também informou que, relativamente a técnicos especializados, não houve pareceres desfavoráveis em sede PEVPAP.

Finalmente, sobre a Escola Secundária do Restelo disse que a verba não foi desviada para outras escolas mas para fazer face a um problema de outra escola do mesmo agrupamento (a Escola Paula Vicente), que tinha tido uma situação de um muro que ruiu, que precisava de uma intervenção urgente.

O Ministro da Educação interveio uma última vez para agradecer o (frutífero) trabalho feito ao longo da legislatura nesta Comissão.

A audiência encontra-se disponível no site da AR, na [página da Comissão de Educação e Ciência](#).

12. Data da próxima reunião

- **9 de julho de 2019** – 15h00
- 16h30 – deslocação ao Ciência 2019
- **16 de julho de 2019** – 14h00

Reunião com delegação de Deputados do Parlamento de Timor às 14h00

A reunião foi encerrada às 13:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de julho de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Ângela Moreira
António Costa Silva
Diana Ferreira
Duarte Marques
Helga Correia
Joana Barata Lopes
Liliana Silva
Margarida Balseiro Lopes
Maria Lopes
Maria Luís Albuquerque
Odete João
Paula Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista
Ivan Gonçalves
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena
Susana Amador